

VI ENCONTRO DE SOCIOLOGIA DOS AÇORES

**Integrado nas comemorações
do X Aniversário do Curso de Sociologia**

poderes, mobilidades e comunicação

**27 | 28 | Novembro | 2006
Universidade dos Açores**

**PONTA DELGADA
2007**

FICHA TÉCNICA

Título: Poderes, Mobilidades e Comunicação
VI Encontro de Sociologia dos Açores

Autores: Vários

Capa: Álvaro Borralho

Arranjo Gráfico: Nova Gráfica, Lda.

Tiragem: 500 exemplares

Ano da Edição: 2007

Editor: Centro de Estudos Sociais (CES-UA)

Impressão: Nova Gráfica, Lda.
Rua da Encarnação, 14
9500 Fajã de Baixo

Depósito Legal: 264 968 / 07

I.S.B.N. 978-989-95167-1-7

ÍNDICE

Nota Editorial	7
Sessão de Abertura	
Vice-reitor da Universidade dos Açores	13
Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia	17
Directora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais e do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores	19
Mobilidades e Transformação Social	
<i>Jorge Macaísta Malheiros</i>	
INOVAÇÃO SOCIAL, ESTRATÉGIAS CRIATIVAS E IMIGRAÇÃO	25
<i>Piedade Lalanda</i>	
OS NÓS NO PERCURSO DE VIDA	53
<i>Octávio H. Ribeiro de Medeiros/Derrick Mendes</i>	
MOBILIDADE RELIGIOSA EM ESPAÇO INSULAR	67
<i>Fernando Diogo</i>	
SINGULARIDADES DO TRABALHO FEMININO NOS AÇORES: DO MACRO AO MICROSOCIAL	89
<i>Eduardo Costa Duarte Ferreira</i>	
PERCURSOS RESIDENCIAIS E PERTENÇAS A UM CONTEXTO URBANO LOCALIZADO	103
Podere s Públicos e Organizações	
<i>Roberto Amaral</i>	
PODERES PÚBLICOS E ORGANIZAÇÕES NUM CENÁRIO DE GLOBALIZAÇÃO	119
<i>Luís Andrade</i>	
OS AÇORES E A EUROPA	131

Rolando Lalanda Gonçalves

COMUNICAÇÃO, PODERES E JOGOS NAS ORGANIZAÇÕES:
PARA UMA ABORDAGEM SISTÉMICA QUALITATIVA DAS
COMUNICAÇÕES 149

Licínio M. Vicente Tomás

PESCANDO LOBOS-DO-MAR E PEIXE MIÚDO EM MAR REVOLTO
– O LUGAR DA IDADE E DO TRABALHO NO ENVELHECIMENTO
SÓCIO-PROFISSIONAL DOS PESCADORES 167

Ricardo Roque

AS PEQUENAS HISTÓRIAS E A AUTENTICIDADE
DAS COLECÇÕES ANTROPOLÓGICAS 191

Comunicação e Poderes

Mário Mesquita

O PODER MEDIÁTICO – TEORIAS E REPRESENTAÇÕES 209

Álvaro Borralho

A MAGIA SOCIAL DO *ESPECTÁCULO* POLÍTICO 223

José Manuel Paquete de Oliveira

CONTRIBUTO DOS *MEDIA* COMO PROMOTORES OU
SUSTENTADORES DE MOBILIDADES 235

José Rebelo

DECLÍNIO DA SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS? 245

António M. B. Machado Pires

A TECNOLOGIA, A MOBILIDADE E O AZORRAGUE DE XERXES .. 251

Apresentação do livro:

Entre Margens – Percursos para uma vida activa 259

Homenagem à Prof.^a Doutora Gilberta Rocha 269

X Aniversário do Curso de Sociologia. Comemorações 271

Encontros de Sociologia 277

A MAGIA SOCIAL DO *ESPECTÁCULO* POLÍTICO ¹

Álvaro Borralho*

Resumo: Nesta comunicação abordam-se algumas das características da comunicação política moderna, reflectindo sobre os aspectos que articulam a mediatização e a cerimonialização. Trata-se de uma abordagem necessariamente curta que pretende, fundamentalmente, levantar algumas questões sobre a comunicação política, recorrendo-se a exemplos do quotidiano e desmontando os efeitos socialmente mágicos que essa mediatização e cerimonialização encerram.

Palavras-chave: política, mediatização, comunicação política, magia social.

Abstract: This paper examines some aspects concerning modern political communication, in particular those related to the way media and ceremonial are connected. The analysis will be necessarily brief and the study, based on some examples derived from daily experience aims at raising questions about political communication, with the purpose of showing the socially magical effects within political discourse.

Keywords: politics, mediatization, politics communication, social magic.

O título desta intervenção carrega em si mesmo dois problemas: por um lado, a questão da magia ou do lugar do mágico nas sociedades

¹ Esta comunicação retoma, no fundamental, a que foi lida no VI Encontro. Agradeço as sugestões feitas, especialmente, aos Professores Mário Mesquita e José Rebelo.

* Docente no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores e membro do CES-UA.

contemporâneas (Mauss, 2000); por outro, a questão, problemática em si própria, de saber se há um espectáculo político, ou, por outras palavras, a política é também ou tão só um espectáculo. A simples enunciação dos problemas derivados deste título não esclarece, antes complexifica a resposta. Assim, não é intenção afirmar uma tese ou contribuir para complexificar a relação enunciada, mas contribuir para a reflexão, curta necessariamente, de um tema que articula poderes políticos e comunicação. Em especial sobre algumas dessas tendências relacionais, situando a reflexão no terreno da análise da comunicação política, sem escolher qualquer um dos lados: o da comunicação social ou o do lugar do político. Posição assumidamente arriscada, pretende-se analisar a simbiose entre uma e outra.

A complexidade da comunicação, enquanto processo social que suporta a informação, que transmite e veicula valores e permite a construção de representações sociais, é bem descrita na afirmação de Luhmann: “a comunicação é a criação de uma realidade emergente, nomeadamente da sociedade, que, por seu lado, assenta na reprodução contínua da comunicação pela comunicação” (Luhmann, 2006: 71). Para o sociólogo alemão, a comunicação é, sobretudo, *autopoiesis*. Dito de outro modo, um sistema autopoietico consegue criar a sua própria estrutura e os elementos que o compõem. A comunicação vive, então, da capacidade de se autorecriar, de se reconstruir permanentemente, moldando a sua estrutura e os seus agentes (Luhmann, 2006: 71). Assim, parece viável assinalar que a imprensa, por exemplo, vive da descontinuidade, do fortuito, mas também de elementos inovadores que quebram inevitavelmente o quotidiano. Por outro lado, “os próprios acontecimentos ganham uma história, e seguem um percurso, começando pela sua descoberta, introdução, pontos altos, passando pela fase da familiaridade e acabando, finalmente, em redundância.” (Luhmann, 2006: 79)

Estes acontecimentos são apresentados geralmente sob uma forma de conflito cujas posições dependem desse conflito, sendo de esperar uma “solução”. É ainda Luhmann (2006: 82) que afirma: “Um assunto é apresentado como um conflito se se puder mostrar quem ocupa a posição ‘a favor’ e a posição ‘contra’. E subentende-se que também há indecisos e posições intermédias.” A solução para o conflito aparece porque este é transmitido como indesejável. Necessitar de uma solução parece assentar num desejo colectivo de resolução, cujos termos não são sinónimos, mas

cuja opacidade escapa àquilo que, à falta de melhor, se designa por opinião pública.

Não se vai aqui esclarecer sobre a existência da opinião pública – conceito aliás polémico e complexo e que é resultado duma longa tradição que remonta ao séc. XVIII (Luhmann, 2006: 66) – embora para a análise da comunicação política seja um tema justamente incontornável, na medida em que o sistema político é um dos instrumentos que afere a observação e a capacidade de desenvolver estruturas de expectativas (Luhmann, 2006: 87). Aliás, podemos mesmo interrogar se será legítimo falar em opinião pública, se ela, de facto, existe (Bourdieu, 2003).

Ao invés, e como se afirmou anteriormente, o que se pretende é verificar de que forma a construção social incide sobre os dois pólos do debate que dá o tema a este painel – comunicação e poderes – e ilustrá-los com alguns exemplos empíricos, necessariamente breves e escolhidos pela capacidade de ilustração dos aspectos teóricos subjacentes à argumentação.

Certas tendências da comunicação política, pelo lado da comunicação social, foram, aliás, analisadas por Mário Mesquita. De acordo com este autor (Mesquita, 1995: 390-394), e pensado num quadro de retórica dos media, com inevitáveis repercussões ao nível da comunicação política, pode-se apontar as seguintes tendências: subordinação ao acontecimento; primado do directo; predomínio dos esquemas binários; hiperpersonalização da vida política; valorização das dimensões não-verbais; regra da redundância; confusão dos tempos verbais; utilização de figuras de retórica e confusão da política e do entretenimento.

Sem pretender analisar toda a complexidade deste quadro, pode-se, no entanto, situar esta análise ao nível da tendência de confusão do político e do entretenimento (do espectáculo) e da hiperpersonalização da vida política. Com efeito, parece não ser possível dissociar uma da outra, pois as duas tendências vão a par, implicando-se mutuamente. Passamos a explicar.

Em primeiro lugar, a comunicação apresenta-se “nas sociedades modernas, como o próprio processo de legitimação política. Entendida como troca de discursos entre homens livres visando o entendimento ou a formação de consensos acerca das razões de viver, falar e de agir, assim como das normas de organização da vida comum, a comunicação desempenharia as funções de constituição, de alimento e de restabelecimento da própria sociabilidade” (Rodrigues, 1995: 17-18).

Em segundo lugar, a política aparece subordinada a uma lógica espectacular de sedução e de dominação, ou seja, política-espectáculo (Rodrigues, 2005: 23), como assinalam diversos autores, entre os quais, o mais veemente porventura seja Schwartzberg (1977). A análise do sistema político não se confina à análise do Estado, mas não deixa de ser verdade que boa parte da análise sobre a política é, simultaneamente, análise sobre o Estado. O autor começa por dar o mote logo no início do livro: “A política outrora era idéias. Hoje, é pessoas. Ou melhor, personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo”² (Schwartzberg 1978: 1).

Assiste-se, para o sociólogo francês, a par da teatralização, a personificação do dirigente, do poder na pessoa, ao contrário do que acontecia quando o poder era abstracção. Personificação distingue-se de poder pessoal: enquanto o poder pessoal deriva da pessoa que o concentra, a personificação do poder precisa dos indivíduos que reconhecem o poder “dotado de uma fisionomia (...) o poder representado por um detentor localizável e visível para todos.” Assim, o poder pessoal pode existir sem personificação, coexistir ou até mesmo o inverso. “O homem político vem procurando cada vez mais impor uma imagem de si mesmo que capte e fixe a atenção do público” (Schwartzberg, 1978: 2-3). Neste sentido, o poder passa a usar imagens que fazem conhecer e reconhecer o dirigente, criando a notoriedade e o prestígio, atributos que substituem um programa (Schwartzberg, 1978: 4).

Schwartzberg refere-se a uma alteração de modelo ainda no quadro das sociedades modernas, desenvolvidas e democráticas. De facto, a sua análise caminha ao nível do processo de mediatização da vida política, especialmente possibilitado pelos meios técnicos de difusão da voz e da imagem, rádio e televisão, respectivamente. É neste quadro que assume particular acuidade falar de dramatização, encenação e personalização, embora a análise não esgote todas as possibilidades. Goffman já se tinha referido à dramatização da existência social e a sua análise combina, justamente, os elementos dramáticos com a análise sociológica do quotidiano (Goffman, 1993). O que é novo na análise da política é o processo de pura substituição da política pela mediatização. Ou seja, a política não

² Manteve-se a grafia original da tradução brasileira.

recorre aos media como meio, mas como fim em si próprio, finalidade essa que está na base do fazer política. A este propósito, dois exemplos para ilustrar o que se afirmou.

Norbert Elias, no seu livro *A Sociedade de Corte*, exemplifica, a propósito da etiqueta e do seu lugar na lógica de construção do prestígio e da dominação real, a cerimónia do levantar do rei Luís XIV (Elias, 1987: 57-59). Recordando o levantar do rei, este cerimonial preciso e meticuloso “revela directamente a importância do quarto e indirectamente a maneira de governar de Luís XIV” (Elias, 1987: 57). O rei era acordado por um criado que dormia junto a ele e a partir daí, desde o despir da camisa de noite até ao vestir do traje, assiste-se a um conjunto de entradas – seis ao todo – no quarto real, rigidamente hierarquizadas pela ordem de importância dos visitantes. Não são uns visitantes quaisquer, são a alta aristocracia francesa e alguns altos funcionários do Estado que têm o altíssimo privilégio de ver o rei primeiro que todos os outros aristocratas que se reúnem e o aguardam na grande galeria do palácio. Pegar na camisa que o rei vestia e ajudá-lo nessa tarefa, ver o apertar dos sapatos ou a colocação da faixa e da espada à cintura, partilhar a breve oração que o rei profere, é um elevadíssimo privilégio e os poucos afortunados sabem que isso os distingue dos demais e lhes concede um lugar de poder, real e simbólico, na estrutura social da sociedade cortesã.

Vejamos outro episódio também retirado da sociedade francesa. Jacques Lagroye num manual de Sociologia Política (1993: 7-8) descreve a cerimónia realizada no Palácio do Eliseu, residência oficial do Presidente da República, todos os anos em Janeiro, na qual são recebidas as instituições, ou melhor, os representantes das instituições. Primeiro-ministro, presidentes das Câmaras Legislativas (Senado e Assembleia Nacional), ministros, chefes militares, corpo diplomático, tudo se alinha meticulosamente para ouvir as palavras do Chefe do Estado. Por muito rotineiras que sejam as mensagens, “aqui tudo é político”, diz Lagroye (1993: 7).

Realçadas as devidas diferenças, as duas cerimónias descritas são, simbolicamente, idênticas. Ambas procuram a legitimação do poder instituído, fazem-se e constroem-se por e para esse poder e, acima de tudo, prolongam a existência de uma dominação que se exerce porque é reconhecida enquanto tal, como diria Max Weber. Há, todavia, uma diferença: na primeira situação, o cerimonial só é vivido presencialmente;

quem não está não vê e a maioria dos franceses devia desconhecer-lo. Na segunda já não é assim; o cerimonial é televisionado, difundido, visto e revisto mesmo por quem não o vive presencialmente e não termina com o seu encerramento. É comentado, analisado, debatido. A sua componente de acontecimento expande-se para lá da sua vivência e a exploração mediática é inevitável, melhor dizendo, tornada inevitável.

Em resumo, o cerimonial político ajuda à personalização do poder e a personalização do poder precisa quer da cerimonialização, quer da mediatização: ambas concorrem para o mesmo fim. A política parece, assim, encurralada, entre o ser e o dever ser. Imagem ou representação, o homem político passa a desempenhar um papel que parece escapar-lhe, numa ordem de encenação montada, paradoxalmente, em que nada lhe devia escapar, mas para a qual ele contribui decisivamente num construir permanente quer da ritualização, quer da mediatização que essa ritualização necessita na encenação contemporânea.

Também não deixa de ser verdade que a mediatização da política não se faz apenas à custa dos agentes que exercem o poder. Um só exemplo para ilustrar esta tendência tão mal disfarçada de fazer política sem, aparentemente, querer fazê-la³. Um jornalista, e auto-proclamado comentador político, é chamado à televisão para fazer o balanço de mais um aniversário de um órgão executivo. Logo a começar, pode-se apontar este gosto tão televisivo de assinalar aniversários, marcando cronologicamente o tempo de fazer política, quer dizer, marcando temporal e ritualmente, o debate político.

Seria de esperar que o comentador começasse por realizar um balanço e iniciasse por enumerar o *activo* e o *passivo*, como nos recorda a contabilidade, ou, de forma mais simples, enumerasse as realizações e as não realizações. Mas não, o comentador começa por dizer “é um balanço positivo”. Antes de apontar realizações ele aponta a sua opinião, que não é uma opinião qualquer, pois é apresentada como a opinião do especialista. Quem assiste fica a saber que o especialista acha positiva essa acção e essa acção torna-se positiva cognitivamente na forma simples de assimilar o balanço ilusoriamente feito da actividade governativa. Em suma, faz-se política na ilusão aparente que não se está a fazer política.

³ Trata-se de uma situação concreta que não identificamos por não ser importante para a análise.

Não se pode reduzir tudo à questão simples da manipulação da comunicação política. Existe um espaço do não manipulável e “as técnicas de manipulação tornaram-se cada vez mais sofisticadas, mas nem por isso este ‘problema’ foi definitivamente resolvido. Para frustração dos programadores mais cuidadosos, as mensagens (políticas, comerciais ou de outro tipo) continuam, com frequência, a falhar os seus objectivos, resultado de uma prática de recepção que é complexa, selectiva e, muitas vezes, surpreendentemente crítica.” (Esteves, 1995: 101) Mas a manipulação das mensagens existe e na aparente não manipulação encontramos, muitas vezes, esse processo que se quer isento mas que, de facto, não o é.

Aqui também intervém o aspecto central da magia social, antes assinalado para o trabalho de ritualização e mediatização da política. Parafraseando Bourdieu, a magia consiste em fazer “trabalho sem dispêndio de trabalho” (1998: 97), ou seja, uma ilusão. A magia social (Bourdieu, 1998: 99) está ligada precisamente à capacidade de combinar agentes, actos e representações (Mauss, 2000: 16) e “é, por definição, objecto de crença” (Mauss, 2000: 112). Consiste na arte prática de fazer passar a realidade por imagens, de criar uma representação do mundo e de criar convincentemente os elementos que permitem acreditar nessa representação (Mauss, 2000: 178). A magia precede a experiência, como diria Marcel Mauss (2000: 113), e a autoridade que ela revela depende do jogo intrincado de elaborações entre agentes, actos e representações cuja análise pode discernir, mas cuja complexidade social não permite separar. Os actos rituais sagrados ou mágicos, e o mesmo se pode aplicar à política, são actos criadores (Mauss, 2000: 16), criam realidades ao mesmo tempo que são criados por aqueles que os dotam e lhe reconhecem o sentido. Assim, o ritual não é um mero espectáculo vazio de sentido e de conteúdo, um simples ornamento de retórica social, antes pelo contrário, ele participa na construção do mundo social, ao mesmo tempo que opera distinções, hierarquias, categorias, ou seja, revela-se uma prática social (Abélès, 1995: 108).

Não se pode analisar em detalhe a prática ritual que apela a um conjunto de relações complexas – a relação ao saber, a relação ao sagrado, a relação ao tempo (Abélès, 1995: 119). Todavia, pode-se assinalar esta tendência de ritualização da política que convoca a cerimonialização e a personalização, de um lado, e a mediatização, do outro. Desse jogo intrincado de relações surgem actos, agentes e representações dinamicamente criadores.

Weber afirmou que “quem faz política aspira ao poder; ao poder como meio para a consecução de outros fins (idealistas ou egoístas) ou ao poder pelo ‘poder’, para disfrutar o sentimento de prestígio que ele confere” (1973: 50). A relação é, no entanto, mais complexa: a consecução dos fins está associada ao prestígio, e o prestígio não se obtém sem acção. Isso mesmo é observável, para terminar, num outro exemplo, recolhido em dia de “consagração” da actividade política. Estamos em Portugal, século XXI⁴.

Um dirigente é aguardado no palco da consagração partidária, em noite pós-eleitoral, quando se conhece, graças aos media e à tecnologia, a vitória eleitoral do partido X. O “espectáculo” é amplamente televisionado e as notas aqui expostas são realizadas a partir dessa “visualização”. A cena aqui referida foi-se criando até à custa de sucessivos actos eleitorais que são vistos, frequentemente pelos políticos, como um factor indesejável (de instabilidade política) mas que contribuíram justamente para a sua dominação simbólica. O palco, as luzes, a música de fundo, uma multidão de militantes empunhando bandeiras e gritando “vitória”. Tudo se conjuga para uma aclamação porque se trata disso mesmo: uma assembleia que aprova ou elege sem escrutínio⁵.

O líder é aguardado, a sua chegada duplamente encenada. Entretanto, os outros líderes já reconheceram a derrota (a sua) ou vitória (dele), pouca importância faz: *vae victis*⁶, podia-se dizer. O palco está vazio, o líder chega com a esposa, sobe ao palco e faz-se apenas acompanhar de um alto responsável pela sua campanha, e pela sua vitória presume-se. Curiosamente, explica a presença deste último no palco – fica-se a “saber” porque ali está – embora não explique a presença da esposa. Parte-se do princípio que nada há a explicar. Sociologicamente, há, contudo.

É grande o aparente esforço de fazer passar a mensagem que aquela vitória não é apenas sua, mas o partilhar desse resultado eleitoral é reduzido ao mínimo indispensável, o que reforça, claramente, a hiperpersonalização da política. Quase que somos transportados para uma cerimónia sagrada ou mágica: o sumo-sacerdote é acompanhado no ritual mas, no fundo, a presença dos acompanhantes apenas reforça o seu papel, o seu simbolismo

⁴ De novo uma situação concreta que não precisa de mais identificação por ser “irrelevante”.

⁵ Ver “aclamação”, *Dicionário da Língua Portuguesa* (1995), Porto, Porto Editora, 7.^a ed., p. 36.

⁶ Locução latina que significa “ai dos vencidos!”.

e o seu poder. Veja-se que até os acompanhantes são em número de dois o que reforça, claramente, a importância do líder político que, assim, não fica de lado, mas no meio, ou seja no centro do ritual como o “grande celebrante” daquela cerimónia.

A multidão não deixa de aclamar o líder político que acena vibrantemente como se aquele momento estivesse suspenso no tempo. É ele que comanda a multidão e a multidão está exactamente para isso: ser comandada e prestar tributo por esse comando que finalizou mas que recomeça, como se tudo voltasse à origem. Como o concluir de um ciclo que se renova.

Há um momento em que o líder decide falar, isto é, decide instituir, criar o reconhecimento da consagração, e quando o faz, a esposa, que está ligeiramente mais atrás, mas suficientemente perto para a não confusão de planos, sacode-lhe do ombro e dos cabelos uns papelinhos que tinham ficado presos, após terem sido lançados pelos entusiastas apoiantes que o aguardavam, não se tendo soltado durante a subida ao palco. Nesse gesto involuntário (Goffman, 1993: 245) de sacudir os papelinhos, a encenação é quase obliterada e há mesmo um momento de tensão na cadência dos acontecimentos. O líder olha rápido para trás e desaprova o gesto da esposa com o olhar. Os papelinhos só se tornam incómodos se forem retirados agora e o gesto involuntário torna-se uma intromissão inoportuna (Goffman, 1993: 246). Ela percebe esse momento de tensão, pára, sem deixar de esboçar um sorriso, e a cerimónia continua. A dramaturgia esteve comprometida, mas a encenação e o não esquecimento do sentido da racionalidade presente no cerimonial – que Elias nos fala (Elias, 1987) – permite o desenrolar e conjuga tensão e harmonia como se tudo estivesse previamente calculado. Ou seja, a encenação favorece os actores em palco. Como num jogo de espelhos, a encenação também vive dos *acidentes*, quer dizer, dos efeitos não imediatamente controláveis que a prejudicam na medida em que isso favorece o desempenho dos actores. O gesto involuntário favorece o desempenho do actor político porque dá mostras que ele não esquece o momento político que está a viver e o objectivo em vista: a dramatização não é esquecida por ele e o seu desempenho reforça esse mesmo saber-fazer. Ele tem a “‘presença de espírito’ suficiente para remediar no improvisado do momento o comportamento menos correcto de um companheiro de equipa, embora continue a dar a impressão de estar a limitar-se ao que lhe compete” (Goffman, 1993: 254).

A adversidade aqui converte-se em fortuna. Pois, a cerimónia não pode fazer esquecer o objectivo em vista e esse é o falar, o dizer, o instituir pela palavra, o transmitir a mensagem política que todos aguardam. A mais simples distração desajusta o acto criador ou pode mesmo inviabilizar o discurso pelo efeito desestabilizador que cria no actor político. Dominar este momento é dominar politicamente. Naquele momento, como o descrito por Lagroye, tudo é político. O discurso e o seu conteúdo, a presença do líder e o seu simbolismo, a retórica e a estética da encenação: tudo forma um todo coerente e essa coerência depende da tensão e da forma como ela é gerida. É um momento sagrado, politicamente sagrado, e como nos actos sagrados nada pode obstar ao seu desenrolar meticuloso. Trata-se de um acto de pura magia social na encenação política que é tanto mais eficaz, ou seja, é tanto mais poder simbólico (Bourdieu, 1989), quanto maior for o desconhecimento real desse poder por parte daqueles que a ele assistem e que o aprovam.

Bibliografia

- ABÉLÈS, Marc (1995), "Encenações e rituais políticos. Uma abordagem crítica", *Revista de Comunicação e Linguagens*, (Comunicação e política), 21-22, Edições Cosmos, pp. 105-125.
- BOURDIEU, Pierre, (1973, 2003), "A opinião pública não existe", *Questões de Sociologia*, Lisboa, pp. 233-245.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1982, 1998), *O Que Falar Quer Dizer*, Lisboa, Difel.
- DOMENACH, Jean-Marie (2001, 2005), *A propaganda política*, Ed. Ridendo Castigat Mores, versão para eBook, eBookBrasil.com, Fonte digital: www.jahr.org.
- ESTEVES, João Pissarra (1995), "Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade. A questão política da comunicação moderna", *Revista de Comunicação e Linguagens*, (Comunicação e política), 21-22, Edições Cosmos, 1995, pp. 89-103.
- ELIAS, Norbert (1969, 1987), *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Ed. Presença.
- GOFFMAN, Erving (1959, 1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Antropos.

- LAGROYE, Jacques (1991,1994), *Sociologia Política*, Argentina, Fondo de Cultura Económica.
- LUHMANN, Niklas (1981, 2006), *A improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega.
- MAUSS, Marcel (1903, 2000), *Esboço de uma teoria geral da magia*, Lisboa, Ed. 70.
- MESQUITA, Mário (1995), “Tendências da comunicação política”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, (Comunicação e política), 21-22, Edições Cosmos, 1995, pp. 383-402.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1995), “Morte ou ressurreição da política?”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, (Comunicação e política), 21-22, Edições Cosmos, 1995, pp. 17-24.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard, (1977, 1978) *O Estado Espetáculo*, Rio de Janeiro, Difel.
- WEBER, Max (1921, 1973), *O Político e o Cientista*, Lisboa, Ed. Presença.